RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Segunda-Feira, 23 de Novembro de 2026

Agenda Legislativa até 2027: Cientista Político Analisa Impactos das Eleições no Congresso

Especialista explica como resultados eleitorais afetam PEC da jornada 6x1 e dinâmica política do Senado

O especialista em política brasileira Rafael Cortez discutiu durante entrevista ao programa Hora H, na segunda-feira (5), as possíveis repercussões do pleito eleitoral sobre a agenda legislativa prevista para os próximos períodos. Entre os temas centrais está a Proposta de Emenda Constitucional que visa eliminar a jornada 6x1, além das perspectivas para o turno decisivo das eleições.

De acordo com Cortez, o prosseguimento da votação sobre a reforma da jornada de trabalho no Senado está intimamente ligado aos objetivos políticos de Davi Alcolumbre (União-AP) no que diz respeito à sua manutenção na liderança da instituição.

"A permanência dele na presidência do Senado só ocorre se o presidente Lula conseguir reverter o resultado do primeiro turno. Com Flávio Bolsonaro (PL), dificilmente conseguirá um acordo majoritário", avaliou o cientista político.



Câmara de Deputados terá menor número de partidos em mais de 20 anos



Ala do STF prevê reforma do Judiciário caso Flávio seja eleito



Governo prevê dificuldade para aprovar 6x1 após resultado do 1º turno

Cortez ressaltou que os principais nomes da sigla do PL, que terá representação expressiva em 2027, já demonstraram disposição em disputar a presidência do Senado na próxima legislatura.

O analista observou que obter a maioria constitucional essencial para aprovar a emenda sobre a jornada 6x1 apresenta obstáculos significativos no contexto político eleitoral vigente.

"Há grande incerteza. Com a perspectiva de redução da influência presidencial após o resultado da primeira votação, o apoio constitucional para tal emenda já não é tão garantido como era antes", comentou.

Na perspectiva do especialista, transformar a PEC da jornada 6x1 em instrumento estratégico para o segundo turno é uma possibilidade política viável, porém não necessariamente a mais provável neste momento.

Stagnação na Avaliação do Governo: Quais São os Motivos?

Ao analisar por que a aprovação governamental não apresentou evolução apesar dos esforços parlamentares, Cortez identificou duas causas principais. A primeira possui dimensão econômica.

Conforme sua análise, mesmo diante de iniciativas implementadas, o elevado nível de endividamento da população impediu o estabelecimento de confiança financeira duradoura.

"Programas como o Desenrola, ainda que importantes, representam soluções pontuais diante de um problema mais profundo: o peso expressivo das dívidas no orçamento familiar", declarou.

A segunda causa, segundo o especialista, refere-se à forma como a população avalia as ações governamentais. "Os eleitores interpretaram como oportunistas certas medidas e, em alguns casos, além disso, como inadequadamente estruturadas para responder de fato às necessidades sociais", explicou.

Cortez apresentou como ilustrações a gestão das apostas esportivas e a regulamentação dos motoristas de plataformas digitais. "O governo realmente entendeu o que esse público deseja?", questionou o analista.

Perspectivas para o Segundo Turno

Quanto ao período de três semanas antes do segundo turno, Cortez não prevê mudanças significativas nos temas em debate.

Segundo sua avaliação, a administração precisa concentrar esforços em otimizar sua comunicação com os cidadãos, considerando que o primeiro turno abordou tópicos como o STF e questões de soberania nacional que se demonstraram desconectados do dia a dia do eleitorado.

Na sua visão, a proposta sobre o fim da jornada 6x1 pode ganhar mais destaque, acrescida de temas já apresentados na campanha inicial, com a esperança de estabelecer uma conexão mais efetiva com o público.

"Transformar completamente os temas debatidos nesta fase seria improvável", finalizou o especialista.